

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PLANEJAMENTO

PCA 11-398

**PLANO SETORIAL DA SEFA DE
DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA
A EMPRESA NAV BRASIL SERVIÇOS
DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.**

2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA



PLANEJAMENTO

PCA 11-398

**PLANO SETORIAL DA SEFA DE
DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA
A EMPRESA NAV BRASIL SERVIÇOS
DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.**

2022



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

PORTARIA SEFA Nº 210/AJUR, DE 23 DE MARÇO DE 2022.
Protocolo COMAER nº 68000.000859/2022-76

Aprova o Plano Setorial da SEFA de
Descentralização Administrativa para a
Empresa Nav Brasil Serviços de Navegação
Aérea S.A. (NAV Brasil).

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem: o art. 22 do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, alterado pelo Decreto nº 8.909, de 22 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 224, de 23 de novembro de 2016; o ROCA 20-8/2022 (Regulamento da SEFA), aprovado pela Portaria nº 241/GC3, de 9 de fevereiro de 2022; o RICA 20-2/2022 (Regimento Interno da SEFA), aprovado pela Portaria SEFA nº 209/AJUR, de 21 de março de 2022; combinados com as atribuições previstas na DCA 11-106 (Diretriz para a Descentralização Administrativa de Meios do SISCEAB para a Empresa Pública Nav Brasil - Serviços de Navegação Aérea), aprovada pela Portaria EMAER nº 77/ISC3, de 26 de dezembro de 2018, e considerando o que consta do Processo nº 68000.004042/2021-96, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do PCA 11-398 “*Plano Setorial da SEFA de Descentralização Administrativa para a Empresa Nav Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil)*”, que com esta baixa.

Art. 2º A entrada em vigor do presente ato, justificada em função da urgência, conforme disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, será na data de sua publicação.

MajBrig Ar RICARDO AUGUSTO FONSECA NEUBERT
Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 059, de 29 de março de 2022)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 FINALIDADE	9
1.2 ÂMBITO	9
1.3 CONCEITUAÇÕES	9
1.4 SIGLAS	9
2 PRINCIPAIS ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS	10
2.1 BENS E BENFEITORIAS	10
2.2 RECURSOS HUMANOS	11
2.3 CONTRATOS E CONVÊNIOS	11
2.4 RECURSOS FINANCEIROS	12
3 ATRIBUIÇÕES	13
3.1 DA SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA (SEFA)	13
3.2 DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA (DIRAD)	13
3.3 DA DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA (DIREF)	13
4 DISPOSIÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	16

PREFÁCIO

Com o propósito de elevar a eficiência dos serviços de navegação aérea e de segregar as atividades de regulação e de operação desses serviços, foi constituída, mediante cisão parcial da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, no dia 30 de junho de 2021, a empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., entidade com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica.

Para cumprir o objeto social de *implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica voltada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica*, a NAV Brasil depende, dentre outras medidas, de um conjunto de ações que, no âmbito do COMAER, foram estabelecidas na DCA 11-106/2018 - Diretriz para a Descentralização Administrativa de Meios do SISCEAB para a empresa pública NAV Brasil - Serviços de Navegação Aérea.

De modo a cumprir a citada diretriz, o DECEA publicou três atos normativos, a saber: i) PCA 11-383/2021–Plano de Cessão de Bens e Benfeitorias do Comando da Aeronáutica para a Empresa NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (Nav Brasil); ii) ICA 12-35/2021-Sistemática de Remuneração dos Serviços de Navegação Aérea prestados pela NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.; e iii) ICA 11-402/2021-Procedimentos Administrativos para Cessão de Bens e Benfeitorias do Comando da Aeronáutica para a Empresa NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea, esta última estabelecendo procedimentos administrativos para a cessão de bens e benfeitorias do COMAER para a empresa, bem como atribuindo responsabilidades à entidade, pela operação e manutenção do patrimônio e dos equipamentos das Estações de Apoio ao Controle do Espaço Aéreo (EACEA).

Nesse contexto, de modo a cumprir a diretriz constante da DCA 11-106/2018 nos limites de sua esfera de competência, a SEFA emite o presente Plano Setorial de Descentralização Administrativa, com o objetivo de estabelecer orientações afetas à descentralização de meios e atividades desenvolvidas no âmbito do COMAER para a NAV Brasil.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Estabelecer, em atendimento à determinação constante da DCA 11-106/2018, orientações afetas à descentralização de meios e atividades desenvolvidas no âmbito do COMAER para a Empresa Pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., no que tange à administração financeira, à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil de recursos disponibilizados, aos contratos, convênios, instrumentos congêneres e afins, operações de crédito, acordos de compensação, financiamentos internos e externos porventura existentes; à gestão de apoio administrativo, gestão de moradia funcional, pagamento de pessoal, provisões e material de intendência, subsistência e ao transporte de superfície.

1.2 ÂMBITO

O presente Plano aplica-se às organizações do COMAER envolvidas no processo de descentralização administrativa de meios e atividades para a Empresa Pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

1.3 CONCEITUAÇÕES

1.3.1 SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

Conjunto de serviços prestados pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), observando as disposições normativas do DECEA, órgão central do sistema, abrangendo os serviços de tráfego aéreo; de informação aeronáutica; de comunicações, navegação e vigilância; de meteorologia aeronáutica; de cartografia; e de busca e salvamento.

1.4 SIGLAS

DME - *Distance Measuring Equipment*.

EACEA - Estação de Apoio ao Controle do Espaço Aéreo.

VHF - *Very High Frequency*.

2. PRINCIPAIS ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS

Em conformidade com o Plano de Cessão de Bens e Benfeitorias do Comando da Aeronáutica para a Empresa NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (PCA 11-383/2021), devem ser observadas as seguintes orientações:

- a) buscar a máxima adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade das ações;
- b) priorizar a simplicidade de implementação;
- c) priorizar ações com efeitos imediatos; e
- d) reduzir, ao máximo, a necessidade de novas contratações de pessoal e a colocação de militares à disposição da empresa.

2.1. BENS E BENFEITORIAS

2.1.1 No tocante à situação da infraestrutura aeronáutica do COMAER destinada à prestação dos serviços por parte da NAV Brasil, a Lei nº 13.903/2019 estabeleceu que:

“Art. 7º Fica a União autorizada a transferir à NAV Brasil bens e benfeitorias da infraestrutura aeronáutica sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica destinados à prestação de serviços de navegação aérea.

§ 1º As transferências de que trata este artigo serão efetivadas por meio de atos do Comandante da Aeronáutica.”

2.1.2 De acordo com o Plano de Cessão de Bens e Benfeitorias (PCA 11-383/2021), o COMAER, por meio do DECEA, efetivará a cessão de equipamentos instalados nas EACEA.

2.1.3 Consta da ICA 11-402/2021 – Procedimentos Administrativos para a Cessão de Bens e Benfeitorias do Comando da Aeronáutica para a Empresa NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea, a cessão de um conjunto de 103 equipamentos e sistemas, necessários, em um primeiro momento, para a composição da infraestrutura técnica da empresa, conforme a tabela abaixo:

Quadro 1:

EACEA	EQUIPAMENTO	QTD
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	DME	1
CALDAS NOVAS	DME	1
CAMPO LARGO	DME	1
CAMPOS DOS GOYTACAZES	DME	1
CANARANA	VHF	11
CURVELO	DME	1
DIAMANTINA	DME	1
GUARAPUAVA	VHF	6
GURUPI	DME	1
IGARASSU	DME	1
ILHÉUS	DME	1
IPATINGA	DME	1
JARAGUÁ	DME	1
JATAÍ	VHF	11
JEQUIÉ	DME	1
JOÃO PESSOA	DME	1
MARAGOGIPE	DME	1
PARÁ DE MINAS	DME	1
PARANAGUÁ	DME	1

PASSO FUNDO	VHF	17
PAULO AFONSO	VHF	10
REGISTRO	DME	1
SÃO JOSÉ	DME	1
SETE LAGOAS	DME	1
TAQUARA	DME	1
TAQUARI	DME	1
TEÓFILO OTONI	DME	1
VARGINHA	VHF	15
VITÓRIA DA CONQUISTA	VHF	10
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	DME	1

2.1.4 Contudo, a ICA 11-402/2021 (item 2.1.3) esclarece que as EACEA são órgãos de prestação de serviços de navegação aérea com operação desassistida, sem pessoal técnico presente na localidade, e sem uma estrutura de apoio administrativo presente. No mesmo sentido, o item 2.2.3 da citada ICA estabelece que o patrimônio das EACEA e os equipamentos que as compõem não sofrerão alteração de titularidade, ficando sob responsabilidade da NAV Brasil a sua operação e manutenção.

2.2 RECURSOS HUMANOS

2.2.1 Acerca de recursos humanos, a Lei nº 13.903/2019 estabeleceu que:

“Art. 15. Ficam autorizadas a cessão de servidores e de empregados públicos e a colocação à disposição de militares à NAV Brasil, independentemente da ocupação de cargo em comissão ou de função de confiança.

§ 1º Os militares colocados à disposição da NAV Brasil serão considerados, para todos os efeitos legais, no exercício de cargo de natureza militar.

§ 2º A NAV Brasil reembolsará os órgãos e as entidades de origem pelas despesas de pessoal com servidores e empregados cedidos ou com militares colocados à disposição na forma prevista neste artigo.”

2.2.2 Desse modo, é mandatório que a empresa efetue o ressarcimento pelas despesas com pessoal cedido e com os militares colocados à sua disposição.

2.3 CONTRATOS E CONVÊNIOS

2.3.1 O Art. 18 da Lei nº 13.903/2019 determina que:

“Art. 18. A NAV Brasil sub-rogará, integral ou parcialmente, todos os contratos e convênios em vigor firmados pela Infraero e pelo Comando da Aeronáutica relativos à prestação de serviços de navegação aérea transferidos à sua responsabilidade.”

2.3.2 Nos termos do item 2.2.4 da ICA 11-402/2021, a empresa assumirá a responsabilidade pela manutenção dos equipamentos e sistemas existentes nas EACEA. Dessa forma, deve-se acompanhar o processo de assunção de responsabilidades, a fim de assegurar que não haja solução de continuidade de contratos e convênios em vigor firmados pelo COMAER relativos à prestação de serviços de navegação aérea transferidos para a NAV Brasil.

2.4 RECURSOS FINANCEIROS

2.4.1 A Portaria nº 107/GC3, de 29 de junho de 2021 estabelece que o DECEA regulamentará a sistemática de remuneração da NAV Brasil pelos serviços por ela prestados, observadas, sempre que possível, as normas e práticas recomendadas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)

2.4.2 Ainda a respeito da remuneração pelos serviços de navegação aérea prestados pela NAV Brasil, o art. 22 da Lei nº 13.903/2019 alterou a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, estabelecendo que:

“Art. 22. A Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.8º

§ 4º Compete ao Comandante da Aeronáutica, nos termos do § 3º deste artigo, reajustar as tarifas de que trata este artigo anualmente até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou por outro que vier a substituí-lo, e proceder, quando couber, à sua revisão.” (NR)

Art. 11. O produto da arrecadação das tarifas de navegação aérea relativas à utilização das instalações e dos serviços providos pelo Comando da Aeronáutica constituirá receita do Fundo Aeronáutico.” (NR).”

2.4.3 A ICA 12-35/2021 disciplina a metodologia para a remuneração dos serviços de navegação aérea prestados pela NAV Brasil, inclusive os serviços de apoio à navegação aérea em rota por ela proporcionados (comunicações, navegação e vigilância, meteorologia aeronáutica e informações aeronáuticas), os quais serão remunerados por parcela da Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota (TAN) arrecadada, proporcional à sua respectiva contribuição para o custeio do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

2.4.4 Dentre os serviços a serem considerados na determinação dos custos totais dos serviços de navegação aérea estão: o Gerenciamento de Tráfego Aéreo (ATM), por meio do Gerenciamento do Fluxo de Tráfego Aéreo (AFTM), de Controle de Tráfego Aéreo (ATC), de Informação de Voo (FIS) e de alerta; a Comunicação, Navegação e Vigilância (CNS); a Meteorologia Aeronáutica (MET); as Informações Aeronáuticas (AIS); e outros Serviços Auxiliares (Documento 9082, Apêndice 2), como a Busca e Salvamento (SAR) e a Investigação de Acidentes e Incidentes Aeronáuticos (AIG).

3 ATRIBUIÇÕES

3.1 DA SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA (SEFA)

De acordo com o item 3.6.1 da DCA 11-106/2018, compete à SEFA elaborar e publicar, em coordenação com o DECEA, o Plano Setorial de Descentralização Administrativa, contendo os procedimentos afetos à descentralização de meios e atividades desenvolvidas no âmbito do COMAER para a Empresa Pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., no que tange à administração financeira, à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil de recursos disponibilizados, aos contratos, convênios, instrumentos congêneres e afins, operações de crédito, acordos de compensação, financiamentos internos e externos porventura existentes; à gestão de apoio administrativo, gestão de moradia funcional, pagamento de pessoal, provisões e material de intendência, subsistência e ao transporte de superfície; bem como outros temas julgados cabíveis.

3.2 DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA (DIRAD)

3.2.1 Compete à DIRAD, no que tange à gestão de apoio administrativo, gestão de moradia funcional, pagamento de pessoal, provisões e material de intendência, subsistência e transporte de superfície, estabelecer os procedimentos afetos à descentralização de meios e atividades desenvolvidas no âmbito do COMAER para a Empresa Pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

3.2.2 A operacionalização do pagamento de pessoal ao efetivo do COMAER cedido à NAV Brasil ocorrerá por meio da Folha de Pagamento de Pessoal, uma vez que o efetivo ficará adido à Unidade Pagadora do Sistema de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica (SISPAGAER) do QG do DECEA.

3.2.3 Conforme §2º, art. 15 da Lei nº 13.903/2019, a NAV Brasil reembolsará os órgãos e as entidades de origem pelas despesas de pessoal com servidores e empregados cedidos ou com militares colocados à sua disposição. Dessa maneira, o repasse do financeiro deverá ocorrer mensalmente, conforme valores brutos dos contracheques.

3.2.4 Deverá ocorrer gestão do COMAER junto ao Ministério da Defesa, com a finalidade de assegurar o aporte creditício referente aos respectivos repasses financeiros. Do contrário, os repasses financeiros entrarão como superávit e não poderão ser utilizados para custeio das despesas com a Folha de Pagamento de Pessoal.

3.3 DA DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA (DIREF)

3.3.1 Compete à DIREF, no que tange à administração financeira, à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil de recursos disponibilizados, aos contratos, convênios, instrumentos congêneres e afins, operações de crédito, acordos de compensação, financiamentos internos e externos porventura existentes, estabelecer os procedimentos afetos à descentralização de meios e atividades desenvolvidas no âmbito do COMAER para a Empresa Pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

3.3.2 Considerando da natureza da cessão descrita na ICA 11-402/2021, a DIREF deve acompanhar o processo de transferência dos bens e equipamentos, a fim de assegurar o regular registro e controle do patrimônio do COMAER.

3.3.3 A DIREF deve estabelecer procedimentos para eventual sub-rogação de contratos e de convênios e o regular processo de suas alterações, acompanhando o processo de assunção de responsabilidades, a fim de assegurar que não haja solução de continuidade de contratos e convênios em vigor, firmados pelo COMAER, relativos à prestação de serviços de navegação aérea transferidos para a NAV Brasil.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Este Plano entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

4.2 O Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica poderá determinar atualizações deste Plano, ou a emissão de orientações complementares, em decorrência do acompanhamento e da análise da conjuntura.

4.3 As situações não previstas neste Plano deverão ser submetidas à apreciação do Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica por intermédio da DIRAD e da DIREF, em função de suas especificidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019. **Autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil) e altera as Leis nº 7.783, de 28 de junho de 1989, e nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 20 nov. 2019.

_____. Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020. **Cria a empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 24dez. 2020.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Diretriz de descentralização administrativa de meios do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) para a Empresa Pública NAV Brasil – Serviços de Navegação Aérea: DCA 11-106.** Brasília, DF, 2018.

_____. Comando da Aeronáutica. **Plano de Cessão de Bens e Benfeitorias do Comando da Aeronáutica para a Empresa NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil): PCA 11-383.** Brasília, DF, 2021.

_____. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **Sistemática de Remuneração dos Serviços de Navegação Aérea prestados pela empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.: ICA 12-35.** Brasília, DF, 2021.

_____. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **Procedimentos Administrativos para a Cessão de Bens e Benfeitorias do Comando da Aeronáutica para a Empresa NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.: ICA 11-402.** Brasília, DF, 2021.

_____. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **Disciplina a exploração da infraestrutura aeronáutica voltada à prestação de serviços de navegação aérea pela empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil: Portaria nº 107/GC3/2021.** Brasília, DF, 2021.